



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO

# Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XXI – CALDAS BRANDÃO – PB – FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2026.

## PODER EXECUTIVO



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO

LEI Nº 133/2026

Dispõe sobre a concessão de horário especial e redução da jornada de trabalho aos servidores públicos municipais efetivos que sejam pessoas com deficiência ou que tenham sob sua responsabilidade pessoa com deficiência, e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CALDAS BRANDÃO**, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica assegurada, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta, a concessão de horário especial, mediante redução da jornada de trabalho, ao servidor público municipal ocupante de cargo efetivo:

I – que seja pessoa com deficiência; ou

II – que tenha filho, cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência, quando comprovada a necessidade de seu acompanhamento e assistência.

§ 1º Quando ambos os pais ou responsáveis pela pessoa com deficiência forem servidores públicos municipais, o benefício previsto nesta Lei poderá ser usufruído por apenas um deles.

§ 2º A concessão do benefício dependerá do atendimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei e da comprovação da necessidade de acompanhamento ou assistência da pessoa com deficiência.

**Art. 2º** O horário especial será concedido sem prejuízo do vencimento básico, das vantagens permanentes e dos demais direitos funcionais do servidor, e sem exigência de compensação de horário, observadas as disposições desta Lei e da legislação aplicável.

Parágrafo único. As parcelas de natureza *propter laborem* ou cuja percepção esteja legalmente condicionada ao efetivo exercício de determinada jornada, atividade ou condição funcional observarão a legislação específica.

**Art. 3º** Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Dependente;

a) o filho, de qualquer condição, que atenda a um dos seguintes requisitos:

1. seja menor de 21 (vinte e um) anos de idade, solteiro;
2. seja incapaz para o trabalho ou para a vida independente;
3. tenha deficiência grave ou deficiência intelectual ou mental;
- b) o cônjuge;
- c) o companheiro ou a companheira, mediante comprovação da união estável;
- d) o menor sob tutela judicial;
- e) a mãe, o pai, o irmão, a irmã, o enteado e a enteada, desde que comprovada a dependência econômica em relação ao servidor;

II – Pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Parágrafo único. A dependência das pessoas referidas nas alíneas “a” a “d” do inciso I deste artigo será presumida, ressalvadas as situações em que a legislação exigir comprovação específica, devendo a dependência econômica das pessoas referidas na alínea “e” ser comprovada pelo interessado.

**Art. 4º** A concessão do horário especial dependerá de requerimento do servidor, acompanhado da documentação necessária à comprovação:

I – da condição de pessoa com deficiência do servidor ou de seu dependente, conforme o caso;

II – do vínculo de parentesco, responsabilidade ou dependência;

III – da necessidade de acompanhamento direto ou assistência pelo servidor; e

IV – dos tratamentos, terapias, consultas ou demais atendimentos cuja realização justifique a necessidade de redução da jornada, quando existentes.

**Art. 5º** A necessidade de concessão do horário especial e o respectivo percentual de redução da jornada de trabalho serão definidos pela **Junta Médica Oficial do Município**, com apoio de equipe multiprofissional e interdisciplinar, quando necessário, mediante avaliação das particularidades do caso concreto, da condição de deficiência do servidor ou da pessoa por ele acompanhada, conforme o caso, da necessidade de acompanhamento direto pelo servidor e da frequência e duração dos tratamentos, terapias, consultas e demais atividades indispensáveis, **observado o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da jornada semanal do servidor.**

§ 1º O percentual de redução será fixado pela Junta Médica Oficial de acordo com a necessidade efetivamente comprovada no caso concreto, **observado, em qualquer hipótese, o limite máximo estabelecido no caput**, não podendo ser superior ao percentual tecnicamente necessário para assegurar o acompanhamento e a assistência indispensáveis à pessoa com deficiência.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO

# Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XXI – CALDAS BRANDÃO – PB – FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2026.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO

§ 2º Na definição do percentual de redução, a Junta Médica Oficial deverá considerar, entre outros elementos pertinentes:

- I – o grau, a natureza e as características da deficiência;
- II – a necessidade de acompanhamento direto do servidor para tratamentos, terapias, consultas e demais atendimentos especializados;
- III – a frequência, duração e periodicidade dos tratamentos e atendimentos;
- IV – a necessidade de assistência nas atividades da vida diária;
- V – a possibilidade de realização dos tratamentos e atendimentos fora do horário regular de trabalho; e
- VI – outros fatores clínicos, funcionais e sociais diretamente relacionados à necessidade de acompanhamento.

§ 3º Quando necessária à adequada avaliação da condição de deficiência, deverão ser observados os critérios previstos na legislação federal aplicável à avaliação biopsicossocial da deficiência.

§ 4º A concessão da redução da jornada observará, ainda, a necessidade de preservação da continuidade e da adequada prestação do serviço público, devendo a Administração, quando possível, compatibilizar o horário especial com a organização, o funcionamento e as necessidades do serviço, sem comprometer a finalidade do benefício.

Art. 6º Autorizada a concessão do horário especial, a Administração definirá o horário, o turno, a escala e, quando cabível, o local de cumprimento da jornada, observada a redução concedida e buscando-se, sempre que possível, a compatibilização entre as necessidades do serviço e as necessidades do servidor e da pessoa com deficiência.

Art. 7º Durante o usufruto do horário especial, o servidor deverá abster-se de exercer atividade remunerada durante o período correspondente à redução da jornada ou de forma incompatível com a finalidade do benefício, ressalvadas as situações juridicamente autorizadas pela legislação aplicável.

Art. 8º A verificação de inexistência das informações prestadas ou de irregularidade nos documentos apresentados para obtenção do benefício, o descumprimento do disposto no art. 7º ou a ausência de comunicação de alteração relevante das condições que fundamentaram a concessão poderá ensejar a cessação do benefício, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativas, civis e, quando cabível, penal do servidor.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que a cessação decorrer de imputação de irregularidade ao servidor, serão observados o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO

Art. 9º O benefício previsto nesta Lei será concedido pelo prazo de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais períodos, mediante requerimento do interessado e desde que permaneçam atendidos os requisitos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º Durante o período de concessão, a situação que fundamentou o benefício será reavaliada semestralmente, mediante apresentação de documentação que demonstre a continuidade dos tratamentos médicos, terapêuticos ou assistenciais e a permanência da necessidade de acompanhamento pelo servidor.

§ 2º A Administração poderá determinar, a qualquer tempo, nova avaliação pela Junta Médica Oficial ou por equipe técnica competente quando houver alteração relevante nas condições que fundamentaram a concessão ou quando necessária a atualização da avaliação.

§ 3º A cessação da necessidade de acompanhamento ou qualquer alteração relevante das condições que fundamentaram a concessão deverá ser comunicada pelo servidor à Administração.

Art. 10. A concessão do horário especial será formalizada por ato administrativo da autoridade competente, após manifestação do órgão responsável pela gestão de pessoas e da Junta Médica Oficial ou equipe técnica competente, conforme o caso.

Art. 11. O direito previsto nesta Lei será exercido mediante requerimento administrativo, não sendo exigida, como condição para sua concessão, a demonstração de insuficiência de servidores no setor de lotação nem a realização de compensação de horário.

Art. 12. A interpretação e a aplicação desta Lei observarão, no que couber, o disposto no art. 98, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, conforme a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.097 da Repercussão Geral, sem prejuízo dos critérios, limites e procedimentos estabelecidos pela legislação municipal.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que for necessário à sua execução, especialmente quanto:

- I – aos procedimentos administrativos para requerimento;
- II – à documentação necessária;
- III – aos procedimentos de avaliação médica, biopsicossocial ou técnica;
- IV – à composição e ao funcionamento da Junta Médica Oficial e das equipes técnicas de apoio;
- V – aos procedimentos de revisão periódica;
- VI – aos mecanismos de acompanhamento e controle; e





## PREFEITURA MUNICIPAL DE **CALDAS BRANDÃO**

# Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XXI – CALDAS BRANDÃO – PB – FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2026.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO

VII – às demais providências necessárias à adequada aplicação desta Lei.

**Art. 14.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Caldas Brandão/PB, 15 de outubro de 2026.



FÁBIO ROLIM PEIXOTO  
Prefeito Constitucional

